



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Itaboraí

PMI/RJ

Processo 93 / 24

Rub. 991 fls. 991

CONTRATO FME N.º 38/2024

Processo Administrativo n.º 0093/2024

Vigência: 08/05/2024 a 31/12/2024.

Valor: R\$ 479.773,34 (Quatrocentos e setenta e nove mil setecentos e setenta e três reais e trinta e quatro centavos).

Contratado: ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FAMILIARES REGIONAIS - ASSAFAR  
CNPJ: 29.654.556/0001-83

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

O **Fundo Municipal de Educação**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Vinte e Dois de Maio, N.º 7320, Venda das Pedras, Itaboraí/RJ, inscrito no CNPJ sob n.º **31.037.687/0001-63**, representado neste ato pelo **Presidente do Fundo Municipal de Educação**, o Sr. **Maurício Rodrigues de Souza**, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado, **ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FAMILIARES REGIONAIS - ASSAFAR**, situado à Rodovia Via Lagos Km 7 S/N, Catimbu grande, Rio Bonito, CNPJ sob n.º **29.654.556/0001-83** (Associações/Cooperativas), doravante denominado CONTRATADO, fundamentados nas disposições da Lei n.º 11.947/2009 e da Lei n.º 14.133/21, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública FME n.º 01/2024, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, semestre de 2024, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º 01/2024, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA:

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

CLÁUSULA QUARTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de **R\$ 479.773,34 (Quatrocentos e setenta e nove mil setecentos e setenta e três reais e trinta e quatro centavos)**.

O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de

*Ano Proton Proton*

*ks.*





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Itaboraí

PMI/RJ  
Processo 93, 124  
Rub. *Chap* fls. 9011

Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

a. O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Unidade	Quantidade	Disponibilidade de Entrega	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário	Preço Total
1 Banana prata	Kg	13.512	Ano todo	8,88	119.986,56
2 Colorífico	Pct – 500g	2.613	Ano todo	25,59	66.866,67
3 Polpa de FrutaKg (acerola)	Kg	4.000	Ano todo	27,42	109.680,00
4 Polpa de FrutaKg (manga)	Kg	2.995	Ano todo	21,97	65.800,15
5 Polpa de FrutaKg (goiaba)	Kg	4.000	Ano todo	19,36	77.440,00
6 Farinha deKg Mandioca	Kg	4.329	Ano todo	9,24	39.999,96
<b>Valor Total do Contrato</b>					<b>479.773,34</b>

CLÁUSULA QUINTA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: 09.002.001.12.365.0013.1.113 PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CRECHES / 09.002.001.12.361.0013.2.114 – FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR.

CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea “a”, e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA OITAVA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no §7º do artigo 57 da Resolução do FNDE que dispõe sobre o PNAE as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

*Carla Augusta dos Reis*

*[Handwritten mark]*



# Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Itaboraí

PMI/RJ
Processo 93 / 24
Rub. 992 fls. 992

## CLÁUSULA NONA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

## CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública FME n.º001/2024, pela Resolução CD/FNDE n.º 06/2020, pela Lei n.º 14.133/2021 e pela Lei n.º 11.947/2009, em todos os seus termos.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

*Caro Itaboraí*

*P*





Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Itaboraí

PM/RJ	93	124
Processo		
Rub.	0445	Fls. 0117

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

- Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interposição judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:
- por acordo entre as partes;
  - pela inobservância de qualquer de suas condições;
  - por quaisquer dos motivos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até 31/12/2024. Os pedidos serão feitos de acordo com a necessidade das unidades escolares, sendo este, estimados através do empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de Itaboraí para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato. E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Itaboraí, 08 de maio de 2024.

  
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FAMILIARES REGIONAIS - ASSAFAR  
CNPJ 29.654.556/0001-83

  
Maurício Rodrigues de Souza  
PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TESTEMUNHAS:

- Robise de S. de Saub Mendes
- One Martins Mendes